

A DEMOGRAFIA DAS SOCIEDADES INSULARES PORTUGUESAS. SÉCULOS XV A XXI

CARLOTA SANTOS
PAULO TEODORO DE MATOS

FICHA TÉCNICA

Título: A Demografia das Sociedades Insulares Portuguesas. Séculos XV a XXI

Coordenação: Carlota Santos e Paulo Teodoro de Matos

Revisão: Joana Paulino

Figura da capa: Luís Teixeira, Descrição das Ilhas de São Jorge e do Pico.

Pergaminho colado sobre madeira, A 70 x L 93 cm. 1587.

Biblioteca Nazionale Centrale di Firenze, Portulano 17

Reproduzido com a autorização do Ministero dei Beni e delle Attività Culturali e del Turismo da Repubblica Italiana

Edição: CITCEM – Centro de Investigação Transdisciplinar «Cultura, Espaço e Memória»

Design gráfico: Helena Lobo www.hldesign.pt

ISBN: 978-989-8612-06-9

Depósito Legal: 368276/13

Concepção gráfica: SerSilito-Empresa Gráfica, Lda. www.sersilito.pt

Braga, Setembro 2013

EMIGRAÇÃO E REPRODUÇÃO SOCIAL NOS AÇORES DURANTE A SEGUNDA METADE DO SÉCULO XIX: O CASO DA ILHA DE SÃO JORGE

PAULO SILVEIRA E SOUSA*

1. INTRODUÇÃO

Os Açores não se configuram apenas como um espaço ultraperiférico. Desde cedo foram também um importante elo nas comunicações e nas redes de troca que se estruturavam no Atlântico. Com fortes incidências sazonais, as ligações ao exterior foram regulares ao longo da história do arquipélago. Os grupos de ilhas atlânticas da Madeira e dos Açores¹ são o resultado das primeiras expansões para fora do espaço europeu da civilização continental e as suas gentes converteram-se, logo desde os primeiros séculos, em povoadores doutros espaços do império². A emigração, orientada ou não por políticas da Coroa, surgiu nos arquipélagos, tão estrutural e constante como no Portugal continental.

As ilhas não estavam isoladas, mas os Açores eram, na segunda metade do século XIX, uma sociedade de contornos tradicionais, localizada num contexto ultraperiférico. Os capitais e a terra estavam relativamente concentrados nas mãos de uma pequena elite de grandes proprietários, morgados e negociantes, o mercado interno era pouco desenvolvido, diversificado e fragmentado, a industrialização inexpressiva e a agricultura dominada pela produção camponesa e por

* CHAM. paulo.sousa@eui.eu

¹ Aos quais poderíamos acrescentar as Canárias.

² Basta recordar a larga utilização de populações açorianas na colonização do extremo sul do Brasil – Rio Grande do Sul e Santa Catarina –, durante o século XVIII, sendo autorizada pela Coroa a partida massiva de famílias inteiras. Para os Açores ver um resumo em MATOS e SOUSA, 2008: 535-577; caso específico da Ilha de São Jorge, cf. AVELAR, 1902: 92-95.

algumas culturas de exportação³. Neste cenário, não era estranho que a emigração aparecesse como um dos factores mais decisivos do processo de mudança social e de aquisição de recursos, tendo desencadeado transformações irreversíveis nas estruturas sociais do arquipélago⁴.

Embora endémica a territórios onde os recursos são escassos e controlados por uma pequena fracção da população, a emigração não é um fenómeno que nasça por geração espontânea, nem que dependa apenas de decisões individuais. Contudo, indirectamente, há factores que podem propiciar a repulsão demográfica: o extraordinário aumento populacional, numa terra de recursos exíguos; a divisão desigual da propriedade e a sua elevada concentração; os baixos salários e o desemprego sazonal que afectava os trabalhadores rurais; as crises económicas despoletadas pelo fim de grandes produtos de exportação, como o vinho e a laranja, em torno dos quais se estruturava parte da economia das ilhas; as fomes e crises de subsistência regulares e a fuga ao serviço militar, unanimemente detestado pelos jovens camponeses e entendido como uma intromissão exterior nas suas famílias, ciclos e comunidades. No entanto, é preciso perceber também que a partida, a instalação e o trabalho em novas terras era uma das poucas possibilidades que se abriam a quem pretendia obter recursos dificilmente atingíveis no local de origem. Constituía uma das mais poderosas oportunidades para criar e consolidar os pequenos patrimónios e as casas camponesas. As necessidades de reprodução económica destas últimas, e a das famílias e parentelas a elas associadas, podiam estabelecer uma relação estrutural profunda e recorrente com a emigração, activada por sucessivas gerações. A emigração tornava-se, assim, decisiva para garantir a reprodução das famílias e das explorações camponesas, acabando por ter um forte efeito na transformação da sociedade rural.

Do lado de lá do Atlântico, o desenvolvimento económico, a expansão para novas áreas, o fim do tráfico negreiro e as enormes diferenças salariais funcionavam como principais factores de atracção dos emigrantes. Afluía às Américas uma enorme massa de mão-de-obra maioritariamente vinda dos campos da Europa, à qual se juntava já uma parcela menor, oriunda do crescente proletariado industrial em expansão, sobretudo, nos países do Norte do continente europeu. No meio desta multidão em busca de fortuna e melhores condições de vida integrava-se o contingente português, onde o peso dos três distritos açorianos não era de todo desprezível.

Utilizando apenas os dados da emigração legal, claramente subavaliados em todo o país, Maria Isabel João, chega a números bem elucidativos. Entre 1866 e

³ JOÃO 1991: 41-153, MIRANDA 1999.

⁴ SOUSA 2007-2008: 73-122.

1900 saem dos Açores 16,2% do total dos emigrantes portugueses, sabendo-se que, por exemplo, no censo de 1878, este arquipélago apenas tinha uma quota de 5,7% da população nacional. Nesse mesmo ano, a média nacional de emigrantes por mil habitantes é de 2,18, mas, nos Açores, ela atinge os 6,12, sendo a média mais elevada a do distrito de Angra com 8,19 emigrantes por mil habitantes⁵. Fica assim claro que as migrações são normalmente selectivas, apanhando franjas específicas da população, geralmente mais jovem, tendendo a acentuar-se na periferia das próprias periferias, isto é, nas áreas mais desfavorecidas dos países já marcados pela emigração⁶.

Neste estudo pretendemos analisar o modo como a emigração se relacionava com a sociedade local e quais os efeitos que produziu no tecido social açoriano, num processo em permanente interacção com as práticas e as estratégias desenvolvidas pelos indivíduos e grupos domésticos. A pequena ilha de São Jorge servirá como uma espécie de estudo de caso para podermos descrever e explicar fenómenos mais globais e aplicáveis ao conjunto do arquipélago⁷.

O período temporal que vamos analisar corresponderá, *grosso modo*, aos 100 anos que medeiam entre 1820 e 1920, destacando a segunda metade do século XIX. Entre essas duas datas, a população açoriana aumentou até ao fim da década de 70, atingindo então um pico demográfico, descendo depois regularmente até à década de 1920. Esta trajectória deveu-se sobretudo à emigração e não a outros factores, como um eventual aumento da mortalidade, ou um declínio das condições de vida. No final da década de 1920, foram introduzidas enormes restrições legais à emigração para os EUA. A população do arquipélago irá novamente crescer, mas só até à nova abertura das fronteiras americanas nos finais dos anos 1950, após a crise sísmica dos Capelinhos. De 1820 a 1920 estamos perante um ciclo em que as ilhas se encheram de gente e seguidamente se esvaziaram.

2. DEMOGRAFIA E POPULAÇÃO: ALGUNS ELEMENTOS DE CARACTERIZAÇÃO

Uma característica bem vincada nas ilhas do arquipélago, durante todo o século XIX, foi uma forte e constante pressão demográfica sobre os recursos e, principalmente, sobre a terra que estava bastante concentrada nas mãos de um pequeno grupo de morgados e proprietários. Este facto, associado ao declínio de grandes exportações locais e a crises de subsistência, ajudou a aumentar a emigração a partir

⁵ JOÃO, 1991: 183.

⁶ JACKSON, 1991: 37.

⁷ Nas últimas décadas foram publicados estudos de caso sobre várias ilhas do arquipélago. Por exemplo, MATOS, 2007; MADEIRA, 2004: 295-322; SACUNTALA, 1999; ROCHA, 1995: 407-422.

dos últimos anos de 1850. O crescimento das saídas foi mais elevado e precoce nas ilhas do grupo central. A destruição das vinhas pelo *oidium* a partir de 1852-1853, as sucessivas pragas que atacaram os laranjais e as plantações de batata do eixo Pico-Faial e os maus anos agrícolas de 1857-1859 provocaram uma grave crise de subsistência nas ilhas do triângulo Pico-São Jorge-Faial⁸. A emigração tornou-se assim uma das poucas soluções possíveis. Décadas mais tarde registou-se novo apogeu, afectando a generalidade do arquipélago. Desta vez após a crise da laranja, durante a segunda metade da década de 1870 e o início da década seguinte. A partir dos finais de 1880, mesmo com todas as tentativas de renovação da agricultura açoriana, a emigração não irá parar e as ilhas não cessarão de perder população.

Nos Açores, tal como no Noroeste de Portugal continental, a expansão do milho e da cultura da batata ampliou o espectro da subsistência camponesa. Pensamos que estas culturas poderão ter sido um factor importante na origem do crescimento demográfico a que assistimos nos três primeiros quartéis do século XIX⁹. Contudo, os os Açores vão divergir, crescer mais devagar e perder parte do seu peso populacional no conjunto nacional a partir da segunda metade do século XIX¹⁰. Nesse processo, as ilhas de menor dimensão, como é o caso de São Jorge, mas também do Pico, do Faial, da Graciosa ou das Flores e da pequeníssima ilha do Corvo, também se vão ver diminuídas face aos centros regionais, localizados em São Miguel e na Terceira.

Tabela 1. Aspectos Globais da População de São Jorge (1820-1920)

Anos	São Jorge	Açores	Importância Relativa %
1820	15 600	185 230	8,4
1849	17 808	223 409	8,0
1864	17 998	249 136	7,2
1878	18 272	263 305	6,9
1890	17 065	255 487	6,7
1900	16 177	256 673	6,3
1911	14 277	243 002	5,9
1920	13 464	231 543	5,8

Fontes: DREPA, 1985: 45, RODRIGUES, 1987: 137, JOÃO, 1991: p. 35.

A importância relativa de São Jorge, que em 1820 era de 8,4%, atingia em 1920 5,9%, tendo vindo sempre a descer, mesmo quando as contas do arquipélago

⁸ Sobre a crise vinícola ver SOUSA, 2004: 126-168, sobre os cereais ver SOUSA: 2008, 175-192.

⁹ Esta afirmação merecia estudos mais completos. Infelizmente, a História agrícola dos Açores não tem despertado grandes cultores. Ver MATOS e SOUSA, 2008: 554.

¹⁰ JOÃO, 1991: 28-29, 37-39.

manifestavam um razoável crescimento demográfico. Logicamente, as taxas de crescimento eram diferentes entre os diversos territórios açorianos, mais altas nas ilhas de maior dimensão (como a Terceira e São Miguel) e mais baixas nas mais pequenas que, apesar de um saldo globalmente positivo até 1878, não conseguiam acompanhar a dinâmica regional, ela própria desfasada da dinâmica nacional. São Miguel e a Terceira, que em 1820 possuíam uma importância relativa de 37,25% e de 17,6%, contam já, em 1920, com um peso de 48,3% e de 20%, respectivamente¹¹. Por exemplo, o Pico que em 1820 possuía uma importância relativa de 13,46 %, em 1920 já se ficava pelos 8,7%, o Faial descia de 11,5 para 8,2%. Se prolongássemos as contas nas outras ilhas de menor dimensão os números confirmariam esta tendência¹².

A verdade é que São Jorge chega a 1920 com menos população do que aquela que possuía em 1820, enquanto o arquipélago globalmente não atingiu tais extremos. São Jorge tinha em 1878, altura do maior pico demográfico da sua história, uma população de 18 272 habitantes, caindo em 1890 para 17 065 indivíduos, em 1900 para 16 177, em 1911, já estava em 14 277, para atingir os 13 464 habitantes em 1920, perdendo neste período cerca de um terço da sua população. Esta diminuição demográfica era o resultado da forte emigração, primeiro para o Brasil e depois, sobretudo, para os EUA (tendência que se manifesta globalmente em todo o arquipélago durante este período).

Tabela 2. Evolução do Crescimento Populacional dos Açores nos anos de 1864 a 1920

	1864/1878	1878/1890	1890/1900	1900/1911	1911/1920
S. Maria	0,83	-0,44	0,18	-0,17	0,34
S. Miguel	1,00	-0,18	0,29	-0,39	-0,44
Terceira	-0,09	0,23	0,42	-0,15	-0,40
Graciosa	-0,23	0,00	-0,01	-0,86	-0,26
São Jorge	0,12	-0,58	-0,60	-1,15	-0,70
Pico	0,03	-0,75	-0,50	-0,91	-0,82
Faial	-0,33	-0,55	-0,62	-0,83	-0,74
Flores	-0,57	-0,66	-0,83	-1,08	-0,90
Corvo	-0,02	-0,73	-0,02	-0,73	-1,31
Açores	0,40	-0,25	0,05	-0,50	-0,53

Fonte: ROCHA, 1990: 851.

¹¹ Contas feitas a partir de JOÃO, 1991: 37-39; ROCHA, 1990: 849-863; ROCHA, 1991: 40-49.

¹² Curiosamente só a pequena ilha de Santa Maria manifesta um comportamento demográfico dissonante, registando-se inclusive um ligeiro aumento da população.

Pelos números da tabela 2 podemos ver como as ilhas mais pequenas tiveram, ao longo deste período de cerca de 60 anos, um crescimento populacional mais baixo, destacando-se entre elas as Flores, o Pico e São Jorge. Dados para a taxa bruta de natalidade por mil habitantes entre 1890 e 1930 indicam que, novamente, as últimas duas ilhas atingiram os quantitativos regionais mais baixos, destacando-se São Jorge com números que a colocam quase sempre no fim da tabela. Enquanto São Miguel tem uma taxa bruta de natalidade de 37,6 para 1890 e o conjunto do arquipélago chega aos 33,7, São Jorge não passa dos 21,8¹³. Neste panorama, a perda de população, de peso regional e algum envelhecimento são já inquestionáveis.

A repartição da população segundo grupos etários demonstra claramente este aumento da população mais idosa e a diminuição continuada dos mais jovens. Se esta tabela tivesse sido prolongado até 1920, a situação estaria provavelmente ainda mais agravada.

Tabela 3. Repartição da população segundo grupos etários (1864-1890)

Grupos etários	0-20			20-60			+60		
Anos	1864	1878	1890	1864	1878	1890	1864	1878	1890
São Jorge	43,5%	40,7%	38,9%	45,3%	46%	45,6%	11,2%	13,1%	15,5%
Total Açores	44,9%	42,5%	40,5%	45,8%	47,6%	46,2%	9,3%	9,9%	13,4%

Fonte: RODRIGUES, 1987: 139.

Reportando-nos aos dados de Gilberta Rocha (1990) quanto à importância relativa dos jovens e dos velhos no arquipélago durante os anos de 1890 a 1930, vemos que era em São Jorge e no Pico que a importância dos jovens era menos elevada, nunca atingindo os 40%, faixa onde se situavam normalmente as outras ilhas. Quanto aos velhos a situação era inversa. Por exemplo, em 1911, data em que se alcançaram os quantitativos mais altos, a sua importância era nestas duas ilhas de 21,7 e 20,7, respectivamente, enquanto em São Miguel e na Terceira ela andava pelos 11,2 e pelos 13,7. A evolução da relação de masculinidade dos activos para os mesmos anos mostra-nos que, mais uma vez, São Jorge ocupava um lugar no fundo da tabela, juntamente com as Flores e a pequena ilha do Corvo e que as taxas de celibato definitivo por sexos atingiam os seus números mais altos, de novo, em São Jorge e no Pico¹⁴. Durante este período a população jorgense encontrava-se, sem qualquer dúvida, entre as mais envelhecidas do arquipélago e esvaziadas pela emigração.

¹³ ROCHA, 1990: 857-858.

¹⁴ ROCHA, 1990: 853-854 e 859. A elevada taxa de celibato pode ainda estar relacionada com diferentes tipos de estratégias de herança, mas para avaliar esse impacto faltam, de todo, estudos para qualquer contexto do arquipélago. Ver MATOS, 2007.

Tabela 4. Evolução da densidade populacional de São Jorge (1820-1920)

	Área/km ²	1820	1849	1864	1878	1890	1900	1911	1920
São Jorge	246,25	63,4	72,3	73,1	74,3	69,3	65,7	57,8	54,3
Total Açores	2326,54	79,6	100,3	106,6	111,7	109,9	110,2	104,4	99,5

Fontes: Fontes: DREPA, 1985: 45; Rodrigues, 1987: 137, JOÃO, 1991: 35.

O relevo particularmente acidentado da ilha inviabilizou o povoamento de uma parte significativa do território. Por isso, não espanta que mesmo em 1820 a densidade populacional fosse inferior à regional. Ao longo de todo o período, ela acompanhou de perto as variações registadas no arquipélago, embora de uma forma bastante mais contida.

Até 1878, correspondendo aos anos de aumento populacional, a densidade cresceu ligeiramente, atingindo um pico de 74,3 hab./km². A partir daqui o recuo foi mais pronunciado, com a densidade populacional da ilha a atingir em 1920 quase metade da registada no arquipélago (54,3 hab./km²). Ao nível das diferentes ilhas dos Açores, apenas São Miguel, Terceira e Santa Maria têm uma taxa de variação positiva na densidade populacional entre 1849 e 1920. O Pico com uma diferença de -35,4%, São Jorge com -24,9%, e o Faial com -23,3% foram as ilhas mais atingidas¹⁵.

Tabela 5. Evolução da Densidade Populacional nos Concelhos da Calheta e das Velas (1864-1920)

Concelho da Calheta	Área (km ²)	1864	1920	Concelho das Velas	Área (Km ²)	1864	1920
Calheta	18,98	91,4	72,9	Manadas	12,50	82,8	56
Norte Pequeno	11,59	46,8	34,4	Norte Grande	32,06	65,2	41,0
Ribeira Seca	53,18	61,5	44,4	Rosais	24,44	72,2	44,6
-	-	-	-	Santo Amaro	21,23	49,2	46,5
Santo Antão	33,41	-	49,4	Urzelina	13,67	102,2	64,6
Topo	9,35	65,9*	79,5	Velas	15,18	80,9	57,3
Concelho (total)	126,68	66,0	51,6	Concelho (total)	119,08	151,18	121,9
São Jorge	245,76	73,2	54,3	São Jorge	245,76	73,2	54,3
Açores	2 332,71	106,8	99,3	Açores	2332,71	106,8	99,3

Fonte: DREPA, 1985: 45-50.

* A freguesia do Topo até 1889 englobava também toda a área de Santo Antão

Apesar de ter uma área ligeiramente superior, o concelho da Calheta era mais escassamente povoado que o seu vizinho das Velas. Dentro da ilha de São Jorge, entre o primeiro censo de 1864 e o de 1920, a densidade populacional diminuiu em qualquer um deles, tendo a taxa de variação atingido -21,8% na Calheta e -19,3%

¹⁵ Usámos dados retirados das obras já citadas de JOÃO, 1991: 37-39 e ROCHA, 1990: 849-863.

nas Velas. Em todas as freguesias das Velas, esta descida foi igualmente pronunciada, mas dentro delas salientam-se Rosais, Norte Grande e Urzelina. Do lado da Calheta, as descidas na densidade populacional não foram tão elevadas, destacando-se nas diminuições a freguesia da Ribeira Seca (a maior de toda a ilha, que incluía várias fajãs pobres da costa norte e lugares altos e desabrigados como os Lourais).

O desenho geral que podemos fazer da evolução da densidade populacional, entre 1864 e 1920, é o de uma desertificação a esboçar-se, em todo o território da ilha. Ela terá traços mais carregados nas freguesias que sofreram com maior intensidade a destruição das vinhas e o fim da exportação da laranja (a Urzelina), naquelas de maior altitude ou com povoações com recursos naturais mais limitados e onde a compatibilização entre a população e estes últimos se revelava difícil (Norte Grande e parte das povoações da Ribeira Seca), e nas freguesias onde a distribuição da terra não beneficiava os exploradores directos, sujeitos a diferentes tipos de rendas para poderem cultivar qualquer pedaço de terra e mesmo para habitar uma pequena casa *palhaça*, e onde a emigração, tendo começado cedo, deve ter criado redes de acolhimento nos países de destino (como é o caso de Rosais).

Tabela 6. Variação Intercensos da população residente no concelho das Velas (1864-1911)

	1864	1878	1890	1900	1911	1920
Concelho das Velas (total).	9 635	9 753	8 951	8 045	7 390	6 826
%		+1,3	-8,2	-6,1	-12,1	-7,6
Manadas	1 035	1 145	1 037	931	931	700
%		+10,6	-9,6	-10,2	-16,5	-9,9
Norte Grande	2 090	2 167	1 935	1 808	1 507	1 315
%		+3,7	-10,7	-6,6	-16,6	-12,7
Rosais	1 765	1 808	1 605	1 441	1 186	1 090
%		+2,4	-11,2	-10,2	-17,7	-8,1
Sto. Amaro	1 044	1 025	1 065	1 123	1 039	987
%		-1,8	+3,9	+5,4	-7,9	-4,5
Urzelina	1 395	1 456	1 293	1 158	1 001	883
%		+4,4	-11,2	-10,4	-13,6	-11,8
Velas	2 306	2 152	2 016	1 944	1 885	1 851
%		-6,7	-6,3	-5,9	-11,2	-1,8
Ilha de São Jorge (total).	17 998	18 307	17 035	16 074	14 227	13 464
%		+1,7	-6,7	-5,9	-11,2	-5,7
Açores	249 136	263 305	255 487	256 673	243 002	231 543
%		+5,7	-3,0	+0,5	-5,3	-4,7

Fonte: DREPA, 1985: 45-50.

Entre o censo de 1864 e o de 1878, a maioria das freguesias do município das Velas tiveram um saldo positivo, à exceção da freguesia Matriz e de Santo Amaro, tendo a situação provocado, ao nível do concelho, um pequeno aumento. Após 1878 a diminuição populacional foi constante, atingindo números mais expressivos entre 1900 e 1911.

No concelho da Calheta depara-se-nos uma realidade semelhante à das Velas. A tendência foi mais uma vez para um ligeiro crescimento até 1878 e, a partir daí, para um continuado decréscimo. No entanto, as diminuições não foram aqui tão fortes percentualmente, nunca atingindo valores tão altos como os registados nalgumas freguesias das Velas.

Tabela 7. Variação Intercensos da população residente no concelho da Calheta (1864-1920)

	1864	1878	1890	1900	1911	1920
Concelho da Calheta (total).	8 368	8 544	8 125	7 669	6 887	6 536
%		+2,2	-4,9	-5,6	-10,2	- 5,1
Calheta (freg.)	1 735	1 880	1 695	1 524	1 474	1 383
%		+8,4	-9,8	-10,1	-3,3	- 6,2
Norte Pequeno	542	539	503	504	427	399
%		-0,5	-6,7	+0,2	-15,3	- 6,6
Ribeira Seca	3 269	3 223	3 087	2 835	2 499	2 360
%		-1,4	-8,2	-11,8	-5,6	- 1,4
Santo Antão*	-	-	-	1 923	1 710	1 651
%					-11,1	- 3,4
Topo*	2 817	2 902	2 840	883	777	743
%		+3,0	-2,1	-68,9	-12,4	- 4,4
Ilha de São Jorge (total).	17 998	18 307	17 035	16 074	14 227	13 464
%		+1,7	-6,7	-5,9	-11,2	-5,7
Açores	249 136	263 305	255 487	256 673	243 002	231 543
%		+5,7	-3,0	+0,5	-5,3	-4,7

Fonte: DREPA, 1985: 45-50.

*A freguesia de Santo Antão é fundada em 1889, sendo desanexada do Topo.

A população da ilha teve variações sempre mais negativas que o total regional e, se este diminuiu, em São Jorge assistiu-se a uma diminuição ainda mais forte. O decréscimo geral verificado a partir de 1878 é em grande parte consequência do aumento da emigração legal e clandestina para os EUA que se tornou um traço estrutural na vida do arquipélago, e estruturante na construção das imagens do exterior e de si próprio que o açoriano foi formulando ao longo do século seguinte.

Testemunho último e eloquente do que temos vindo a escrever é a tabela 8. A ilha de São Jorge perdeu neste período de 1864 a 1920 25% da sua população, enquanto os Açores perderam somente 7,1%. O concelho das Velas tem mesmo uma descida maior do que aquela que afectou a ilha: 28,2%, superior aos 21% do município da Calheta. Ao nível das freguesias do concelho das Velas, todas registaram saldos negativos, sendo Rosais, Norte Grande e Urzelina as mais atingidas por esta diminuição da população enquanto, surpreendentemente, por motivos que desconhecemos, a freguesia de Santo Amaro apenas deu conta de uma ligeira quebra.

Tabela 8. Evolução da População Residente nos Concelhos das Velas e da Calheta (1864-1920)

	1864	1920		1864	1920
Conc. Calheta (total)	8.363	6.536	Conc. Velas (total)	9.635	6.826
%		- 21,8	%		-28,2
Calheta (freg.)	1.735	1.383	Manadas	1.035	700
%		- 20,3	%		- 32,4
Norte Pequeno	542	399	Norte Grande	2.090	1.315
%		- 26,4	%		-37,1
Ribeira Seca	3.269	2.360	Rosais	1.765	1.090
%		27,8	%		-38,2
Santo Antão*	-	1.651	Sto. Amaro	1.044	987
%			%		- 5,5
Topo*	2.817	743	Urzelina	1.395	883
%		- 73,6	%		-36,7
			Velas	2.306	1851
			%		19,7
Ilha de São Jorge	17.998	13.463	Ilha de São Jorge	17.998	13.464
%		25,0	%		25,0
Açores	249.136	231.543	Açores	249.136	231.543
%		7,1	%		7,1

Fonte: DREPA, 1985: 45-50.

* A freguesia de Santo Antão é fundada em 1889, sendo desanexada do Topo.

Através destas análises quantitativas de alguns aspectos da estrutura demográfica podemos, portanto, concluir que a ilha de São Jorge parece condenada a ser um espaço de forte emigração, alimentando de mão-de-obra com as suas gentes vários espaços exteriores (sejam eles o Brasil, na primeira metade do século ou os EUA a partir, sensivelmente, de 1850-1860). Com um crescimento populacional mais fraco que as outras ilhas, maiores desequilíbrios etários, uma menor taxa de

natalidade, não nos parece demasiado arriscado dizermos que São Jorge deve ter sido das ilhas que contribuiu com um maior peso relativo para os contingentes emigratórios.

Uma das transformações mais visíveis que a emigração provocou em São Jorge foi, portanto, a descida abrupta da população, fazendo com que a ilha perdesse continuamente o seu contingente populacional desde 1878 até aos finais de 1920, quando os EUA fecharam as portas à emigração portuguesa¹⁶. Contudo, a quantificação da emigração jorgense no século XIX é um trabalho arriscado, pois sabemos que grande parte dela, aliás como em toda a região, era ilegal¹⁷. Vamo-nos ficar pelas descrições contidas em várias fontes e por alguns esboços de quantificação utilizando fontes oficiais relativamente fiáveis. No entanto, ela terá apenas, pela sua fraca representatividade, uma utilidade sobretudo indicativa das tendências. De qualquer modo, e sabendo como a diminuição da população açoriana e jorgense se deveu, em grande parte, a este fenómeno, já pudemos constatar que os enormes fluxos migratórios deixaram atrás de si uma região relativamente desertificada e com estruturas demográficas distorcidas¹⁸.

Todos os autores são unânimes em reconhecer que a emigração na região aumentou durante a segunda metade do século XIX. As crises produtivas e de subsistência afectaram com uma violência especial todo o grupo central. Na década de 1850, o *oidium* destruiu vinhedos na Terceira, Graciosa, tendo tido efeitos devastadores no Pico e em São Jorge¹⁹. Pragmas várias haviam já actuado sobre os pomares de laranja do Faial, na década anterior. De 1857 a 1859 as três ilhas do triângulo atravessaram uma das piores crises de subsistência de todo o século. A emigração arrancou, portanto, em grande força, em São Jorge, no Pico e no Faial, a partir da crise provocada pelo *oidium*, acentuando-se no final da década de 1850, quando as carências extremas de cereais e de batata atingem duramente estas três ilhas. Também nos parece que o salto para a América teve consequências muito mais gravosas nas ilhas mais pequenas do arquipélago e que, provavelmente, o seu peso relativo foi muito mais intenso que nos dois principais centros regionais de

¹⁶ É de registar a enorme dependência da emigração açoriana face aos dispositivos legais accionados no principal e quase exclusivo país de acolhimento, os EUA, desde os finais da segunda metade do século XIX, repetindo-se o mesmo fenómeno no século XX.

¹⁷ Segundo CHAPIN, 1981 a emigração clandestina dos Açores para os EUA nos finais do século XIX e princípios do XX era da ordem dos 20%. Todavia, muitos jornais e monografias e relatórios oficiais referem que ela seria mais forte em ilhas como São Jorge, o Pico ou as Flores.

¹⁸ Para São Jorge ver MATOS, 2007. Para um outro contexto da região, a freguesia de São João do Pico, vejam-se os trabalhos de AMORIM, 1986 e 1987.

¹⁹ No caso do Pico, apesar do desenvolvimento da batata-doce a partir de 1861 e da extensão do cultivo dos inhames, o cereal continuou a escassear e a emigração permaneceu forte. Ver MACEDO, 1871 e SOUSA, 2008: 175-192.

São Miguel e da Terceira²⁰. Na realidade, as ilhas de menor dimensão perderam continuamente população, chegando ao século XX com menos habitantes do que no início do século XIX²¹. Neste movimento de contracção vimos já no subcapítulo anterior como São Jorge, o Pico e as Flores foram as ilhas mais afectadas.

3. OS DOIS GRANDES DESTINOS DA EMIGRAÇÃO AÇORIANA: O BRASIL E OS EUA

A emigração jorgense começou primeiro a ter o seu desenvolvimento para o Brasil, seguindo um movimento que já vinha dos séculos anteriores. A partida em direcção aos Estados Unidos é mais tardia, e só aparece em força na segunda metade do século XIX, coincidindo com a descoberta das minas de ouro na Califórnia e com a exploração económica mais intensiva deste novo estado da União, e com a promulgação da lei do recenseamento militar em 1855²². Lentamente, correspondendo ao desenvolvimento das comunidades no país de acolhimento, vão-se formando redes de inserção e de recrutamento dos novos emigrantes.

Nos países de acolhimento – com destaque para os EUA onde os fluxos emigratórios cedo se revelaram mais fortes e persistentes –, iam sendo criadas extensas redes sociais que uniam as duas comunidades e que as manteriam em contacto uma com a outra até anos mais recentes. Como refere em 1867 o Governador Civil da Horta, João Vieira Santa Rita: «A consequência natural é que nem o recrutamento, nem a pobreza são as únicas causas da emigração. Não pode negar-se que elas de alguma sorte contribuem para este facto, coadjuvada pela facilidade de transporte e pelos diversos indivíduos que já residentes no solo estrangeiro e com boa fortuna chamam para a sua companhia parentes e vizinhos»²³.

A distância a que se encontram os espaços de acolhimento deve, igualmente, ser pensada em termos das redes sociais de acolhimento e de recrutamento que o emigrante era capaz de activar e das oportunidades existentes em termos de transportes. Ora o Brasil fora durante séculos colónia portuguesa e área de destino

²⁰ Embora os dados sejam escassos e esta uma hipótese a carecer de mais estudos, parece-nos que a emigração começa em força mais cedo nas ilhas de menor dimensão do grupo central e ocidental, atingindo um peso relativo superior, do que em São Miguel. Aqui, ela cresce aceleradamente a partir dos finais da década de 1870, com o fim da exportação de laranja e com os desenvolvimentos de uma crise cerealífera forte em 1876-1877, que se repetirá em 1881, ano ainda de uma violenta actividade sísmica nos concelhos da costa sudoeste desta ilha. A emigração atingirá, pois, um pico em 1883, que aliás, é comum à totalidade nacional. Ver JOÃO, 1991: 183-195 (especialmente o quadro 4.2), MIRANDA, 1989: 74-75 e ROCHA, 1990: 849-863.

²¹ MATOS e SOUSA, 2008:535-577, JOÃO, 1991: 37-39.

²² AVELAR, 1902: 95.

²³ SANTA RITA, 1867: 20.

de muitas populações de origem açoriana em migrações frequentemente apoiadas pela própria Coroa portuguesa; por outro lado, a posição geográfica do arquipélago, a meio do Atlântico, entre dois continentes, e o seu papel na navegação atlântica, com as suas águas permanentemente sulcadas por navios americanos, foram sempre uma ajuda nos movimentos populacionais que se deslocavam para o exterior²⁴.

Durante a primeira metade de Oitocentos, a emigração para o Brasil dominou esmagadoramente os destinos de partida dos açorianos. Todavia, os emigrantes das ilhas não iam encontrar um paraíso no Brasil. Enviados como colonos para as fazendas, a fim de substituir a mão-de-obra escrava nos trabalhos agrícolas, sem contratos, nem condições, face ao trabalho pesadíssimo e aos maus tratos, muitos fugiam das fazendas, tentando a sua sorte noutros lugares.

A situação dos emigrantes era de tal modo difícil que a imprensa de Angra é pródiga em descrições realistas das condições miseráveis em que se encontravam muitos dos emigrantes recém-chegados, longe do *el dourado* prometido por empregadores e capitães de navios. Segundo *O Angrense*, apareciam mesmo anúncios em tudo semelhantes aos dos escravos em que se davam alvíssaras a quem soubesse do paradeiro de F. ou B. naturais das ilhas ou do Porto, vestidos de tal maneira, levando camisa, jaqueta, e calça de tais cores²⁵. Mas, apesar de todas as notícias muito negativas publicadas na imprensa de Angra, a emigração continuava a esvaziar os territórios do distrito em direcção ao Brasil. Era comum os navios, já superlotados, saírem de Angra e fazerem um circuito entre as várias ilhas para recrutar mais emigrantes (a esmagadora maioria ilegais), duplicando a sua capacidade de transporte. Não espanta, portanto, que a viagem fosse feita nas piores condições perante o total alheamento das autoridades. Os angariadores locais publicavam mesmo contratos enganosos e anúncios na imprensa, sem que as autoridades demonstrassem interesse em intervir.

A partir de finais da década de 50, é já visível, nalgumas ilhas do grupo central, uma reorientação da emigração em direcção aos EUA. E ao contrário da emigração para o Brasil, pensamos que, neste caso, os números do retorno são, apesar de tudo, consideravelmente mais elevados, provocando a médio prazo um terramoto nas estruturas sociais de ilhas como as Flores, o Pico, o Faial e São Jorge²⁶.

²⁴ Veja-se, por exemplo, BAGANHA, 1990.

²⁵ Ver *O Angrense* de 26.5.1853 e números seguintes, Biblioteca Nacional, secção de Periódicos.

²⁶ Infelizmente, as várias investigações sobre a emigração portuguesa para os EUA (por exemplo, BAGANHA, 1990) e para o Brasil não têm desenvolvido, em grande detalhe, quer o estudo das diferentes origens geográficas da população, quer a questão do retorno. Por outro lado, faltam estudos intensivos sobre os reflexos da emigração nas comunidades de origem. Em todo o caso, refira-se a título meramente exemplificativo, que em 1884, funcionava já com alguma dinâmica no Rio de Janeiro uma *Sociedade Beneficente Instructiva e Humanitária*, denominada *Fraternidade Açoriana*, (da qual possuímos um relatório

A presença de elevadas saídas ilegais torna difícil estabelecer a data a partir da qual os EUA se tornaram o principal destino da emigração açoriana. Os números oficiais dão-nos uma dominância do Brasil como principal país de destino dos emigrantes do distrito de Angra e Ponta Delgada ao longo de todo o século XIX – ao contrário do que sucedia já no distrito da Horta onde a viragem em direção aos EUA se fez mais cedo. Contudo, a impossibilidade de contabilizar a elevada emigração ilegal provocou uma sobre-representação do destino brasileiro nas estatísticas oficiais.

José Acúrcio Garcia Ramos, escrevendo no final da década de 1860, referia já que a emigração ilegal para a América tem colocado a ilha de São Jorge em difíceis condições, que se poderiam agravar caso não se tomassem enérgicas medidas para reprimi-la²⁷. Entre 1870 e 1874 o número de indivíduos saídos com passaporte pelo porto de Angra, para os EUA e o Brasil, atingiu os 3 683. A emigração legal, tanto masculina como feminina cresceu nesses 4 anos. De 512 indivíduos expatriados em 1870 a cifra atingiria os 1 029 em 1874²⁸. Destes, a maior parte dirigiu-se para o Brasil. Dos 1 029 emigrantes legais apenas 30 se encaminharam para os EUA.

São Jorge era a grande exceção. Os navios americanos aportavam a costa da ilha com o intuito de recolher emigrantes e tripulantes para os baleeiros. De acordo com o governador civil a maior parte da emigração clandestina de todo o distrito procedia desta ilha e tinha como destino os EUA, sendo principalmente constituída por indivíduos do sexo masculino, maiores de 14 anos²⁹. A mesma autoridade referia que o aumento da emigração não podia atribuir-se à fome, à falta de trabalho ou subida dos preços das subsistências em desproporção com os salários: o trabalho não tinha faltado, os preços dos géneros quase não tinham subido, as contribuições, pela revisão das matrizes de 1871, haviam baixado bastante, e a população no distrito não tinha aumentado significativamente. Este era um distrito pobre, mas sem miséria. Os seus emigrantes abandonavam as ilhas atraídos pelos melhores salários e pelas hipóteses de amealhar e enriquecer.

A emigração não tocava apenas a saída de indivíduos isolados. Uma nota interessante é que das 1 029 pessoas saídas em 1874, 274 estavam integradas num grupo composto por 53 famílias. Do mesmo modo, o regresso também podia ser feito em agregados. O número de pessoas de ambos os sexos que entre 1870 e 1874 regressaram do Brasil atingia os 1 114, compreendendo 97 famílias inteiras. O

de actividades para o dito ano), assim como sabemos que são vários os emigrantes que regressaram ricos aos Açores (com destaque para a Terceira) vindos do Brasil. Contudo, esta emigração não teve o mesmo impacto nem se prolongou durante o século XX como a emigração para os EUA.

²⁷ RAMOS, 1869: 56.

²⁸ VALADARES, 1875: 31-32.

²⁹ VALADARES, 1875: 34.

valor de moeda importada manifestado, durante estes anos de 1870 a 1874, pelos passageiros do Brasil foi de 636:414\$000. O valor declarado pelos passageiros vindos da América foi de apenas 948\$000 réis. Contudo Gualdino Lobo de Gouveia Valadares acrescentava que estas cifras não representavam a expressão exacta do valor da moeda entrada na ilha Terceira, naquele período, o qual devia ter sido muito superior, pois nem todos os passageiros declaram com verdade o dinheiro que traziam³⁰.

No interior do arquipélago, as ilhas dos grupos centrais e ocidentais eram mais permeáveis à emigração clandestina e, dentro destas, aquelas como São Jorge, o Pico, ou as Flores, mais afastadas dos principais centros urbanos, onde se concentravam os aparelhos políticos e administrativos. Gabriel de Almeida corroborava esta descrição, em 1889, escrevendo que «nas ilhas é facilíma a emigração clandestina e alimenta um certo movimento marítimo. Especialmente nas ilhas que compõem os distritos de Angra e da Horta, o número é elevado»³¹. Fora do Faial e da Terceira, esta emigração seria ainda mais forte, dada a dificuldade dos candidatos a emigrantes em conseguir reunir toda a documentação legal necessária nas suas ilhas e concelhos de residência, obrigando-os a tramitações burocráticas lentas que implicavam um dispêndio adicional de dinheiro. Por isso, não é de estranhar que o *Almanaque Insulano* para 1875 refira que do distrito de Ponta Delgada «ainda se faz emigração clandestina, saindo os emigrantes para outras ilhas do arquipélago sem passaporte, emigrando de lá»³².

Se a actividade das autoridades locais expressava uma certa tradição repressiva da emigração que era genérica na política nacional³³, esta ficava-se pelo discurso oficial, dado que a tolerância e o fechar de olhos face à emigração clandestina ou ao engajamento eram permanentes, e a emigração sentida como uma válvula de escape, incómoda mas necessária, do sistema social local e da economia do arquipélago desde cedo beneficiada com as remessas dos emigrantes.

A emigração estabelecia localmente um conjunto alargado de relações económicas com outros sectores que começava ainda antes da partida, durante as operações exigidas para o financiamento da deslocação, prolongando-se, muitas vezes, no tempo através das remessas de dinheiro e do pagamento de dívidas³⁴. Em ilhas onde a emigração foi um traço que não só permaneceu mas se acentuou à medida que se caminhava para o século XX e onde a navegação assumia um papel central nos negócios dos protagonistas locais, os dinheiros que se emprestavam,

³⁰ VALADARES, 1875: 34.

³¹ ALMEIDA, 1889: 60.

³² GIL e RIBEIRO, 1874: 21.

³³ A este propósito cf. PEREIRA, 1981.

³⁴ LEITE, 1996: 381-396.

o movimento dos que partiam, as quantias remetidas para os familiares na terra de origem comportavam um grupo de actividades que normalmente tem estado arredado das investigações.

Tal como sugere Joaquim Costa Leite, os engajadores não eram propriamente um conjunto de usurários marginais no seio das suas comunidades. Pelo contrário, eles formavam um grupo onde se concentravam comerciantes e proprietários abastados, funcionários públicos e mesmo sacerdotes. Directamente associados a esta actividade estavam os agentes locais das principais companhias de navegação, numa teia de interesses que também abrangeria os representantes em Angra e mesmo as próprias companhias³⁵. Em 1895 um administrador do concelho da Figueira da Foz escreveria num relatório oficial que era escandaloso o tráfico clandestino que os engajadores faziam na sua área. Passavam impunemente crianças e adultos para o Brasil de quem recebiam, termo médio, de 18 a 21 libras por cada, fora os juros exorbitantes de 25,50 e até 70% sobre quantias que lhes adiantavam com garantias de hipotecas ou de letras bem caucionadas. Na sua maior parte os candidatos a emigrantes eram mancebos sujeitos ao recrutamento militar. Perante um administrador do concelho mais zeloso os engajadores tentaram tudo para «o fazer desanimar: empenhos, ofertas de dinheiro e até repetidas ameaças anónimas»³⁶.

Em ilhas periféricas como São Jorge a emigração clandestina e semi-clandestina permaneceu muito forte, assim como os negócios relacionados com os empréstimos para a partida, ou com o enquadramento formal da emigração. Supomos que na Terceira estes negócios também fossem importantes apesar de mais discretos, dado o maior controle das autoridades e o facto da maior parte da emigração se fazer de forma legal. Por exemplo, em 1900, um destacado negociante da Calheta, e agente local da Empresa Insulana de Navegação, era detido em Angra e recambiado para São Jorge sob prisão por promover a emigração ilegal de mancebos. Nesse ano, tal como em outros anteriores Manuel Augusto da Cunha tinha ido acompanhar os rapazes que pretendiam embarcar para a América, ajudando-os a obter os necessários passaportes. Mas o laxismo anterior tinha agora terminado. As autoridades, em vez de negarem os papéis e remeterem os mancebos para suas casas, resolveram enviar directamente para o Castelo de São João Baptista aqueles considerados hábeis para o serviço militar, devolvendo somente os menores às respectivas famílias. Se novos ventos pareciam correr no recenseamento militar, que agora se tornava cada vez mais apertado, também é certo que a emigração continuava a alimentar todo um conjunto de actividades paralelas em seu redor que davam rendimento aos agentes das companhias de navegação, aos pequenos prestamistas, aos funcionários mais

³⁵ LEITE, 1996: 383 e 389-391.

³⁶ PIMENTEL, 1895: 6-7.

dados à venalidade, e em grande escala às próprias companhias de navegação que lucravam com a emigração e o transporte de passageiros³⁷. De acordo com Júlio Máximo Pereira, no início da década de 1890 mesmo a navegação tinha mudado. A partida do Porto da Horta era feita em grandes vapores alemães, que se bem que não garantissem comodidade, higiene e um bom tratamento, encurtavam significativamente o martírio da travessia. Era um quadro muito diferente do que se registava cerca de 30 ou 40 anos atrás, nas décadas de 1850 e 1860 nos antigos navios à vela, onde a lotação era sempre excedida várias vezes, com os múltiplos embarques clandestinos, e a viagem, feita nas mais cruéis condições, lembrava a dos navios negreiros³⁸.

Ao mesmo tempo que as autoridades aumentaram o controlo sobre os movimentos de população, os destinos da emigração também sofreram alterações. Em 1900, 77,7% do total da emigração oficial do distrito de Angra dirigia-se já para os EUA, ficando o Brasil com apenas 20,6%. Estas percentagens eram ainda mais elevadas nos distritos da Horta e Ponta Delgada. No primeiro os EUA absorviam 89,6% dos emigrantes e o Brasil apenas 9,2%; no segundo 89,7% dos emigrantes dirigiam-se para a América e só 8,4% para o Brasil³⁹. A emigração ilegal tornou-se mais reduzida sem nunca desaparecer totalmente em ilhas como São Jorge ou o Pico.

Eduardo Mayone Dias, referindo-se à Califórnia, escreve que o afluxo de portugueses a esta região começou por alturas da Corrida ao Ouro em 1849, intensificando-se no início da década de 1850 por alturas da crise do *oidium*. Atingiria ainda maior expressão, a partir da década de 1880, com a progressiva fixação de portugueses no Vale de São Joaquim, em actividades agrícolas e pecuárias. Aqui, até 1900, a grande maioria dos portugueses era constituída por gentes do Pico, Faial, São Jorge, Flores e Corvo, tendo os terceirenses chegado mais tarde, já nas primeiras décadas do século XX, ao mesmo tempo que os emigrantes de São Miguel se concentravam na Costa Leste⁴⁰.

Em 1873 foi publicado no «Primeiro Inquérito sobre Emigração Portuguesa» o relatório do vice-cônsul português em Boston, Jesuíno E. Martins. Segundo ele

³⁷ Este Manuel Augusto da Cunha havia sido na década de 1882 a 1888 secretário da Câmara Municipal e mais tarde escriturário da Fazenda, foi agente da Insulana de Navegação de 1892, data em que o paquete começou a escalar a Calheta, até 1909, ano do seu falecimento. Era um influente de algum peso sempre ligado às comissões de iniciativa locais e às direcções das sociedades recreativas e musicais. Veja-se CUNHA, 1981: vol. II, 999 e LACERDA, 1988: 32.

³⁸ PEREIRA, 1893: 360.

³⁹ Cf. *Anuário Estatístico de Portugal de 1900*, Lisboa: Imprensa Nacional, pp. 30-31. Convém acrescentar que nos anos subsequentes, mesmo com algumas oscilações, os EUA tomavam já a dianteira como principal país de acolhimento da emigração açoriana, mesmo das ilhas de maior dimensão, como São Miguel e a Terceira.

⁴⁰ DIAS, 1982.

a esmagadora maioria dos emigrantes portugueses era oriunda dos Açores. Cerca de dois terços eram homens e o contingente feminino restringia-se a um terço. Eram maioritariamente solteiros de origem camponesa, ou trabalhadores e, normalmente, com fracas qualificações. Na verdade, eram poucos os emigrantes que tinham exercido antes de chegar aos EUA um ofício especializado. A maior parte deles não sabia ler nem escrever, embora o número de alfabetizados estivesse a aumentar. A associação portuguesa de beneficência do Massachusetts fora instituída em 1866. Em 1873 tinha já 423 membros. A Sociedade de beneficência, instrução e recreio «União Lusitana» foi criada mais tarde, em 1871. Em 1873 ela contava 122 membros, incluindo uma banda⁴¹.

A escolha do lugar de destino entre o Brasil e os EUA dependeria segundo Maria Ioannis Baganha⁴² de características pessoais dos indivíduos tais como qualificações, idade, estado civil, duma provável experiência emigrante anterior, pessoal ou familiar, da maior adequação ou não destas aos mercados de trabalho já dominados por membros da comunidade ou do país de origem já instalados no lugar de destino, e pela existência de redes capazes de criar canais de informação e de suporte ao fluxo migratório. Os mais jovens e menos qualificados dirigir-se-iam para os EUA, enquanto os mais velhos e qualificados procurariam instalar-se no Brasil, onde a facilidade de arranjar um emprego no sector do pequeno comércio era maior e a língua ajudava a uma maior integração. Ainda segundo Baganha as redes eram tanto mais importantes, quanto mais jovens e menores eram as qualificações dos indivíduos. As redes funcionavam como mecanismos de selecção, adequação e maximização das características dos emigrantes à oferta do mercado de trabalho da área de destino. Não era portanto estranha a forte concentração geográfica dos emigrantes açorianos e as diferentes opções dos locais de destinos, separadas de acordo com as ilhas de origem.

4. PARTIR PARA REGRESSAR OU PARTIR DE UMA VEZ POR TODAS? A EMIGRAÇÃO E AS ESTRATÉGIAS DE REPRODUÇÃO DA CASA CAMPONESA EM SÃO JORGE

O controlo dos movimentos populacionais tem sido o complemento natural do desenvolvimento do Estado-Nação e da definição de uma população com base na cidadania, cujos membros procuram a protecção do Estado e estão disponíveis para serem por este utilizados com objectivos económicos e militares⁴³. Mas em

⁴¹ MARTINS, 1873: 158-163.

⁴² BAGANHA 1991 e 1995.

⁴³ JACKSON, 1991 (1986): 85.

territórios onde a penetração do Estado era mais fraca e mediada, revestindo-se de um carácter impositivo sobre a vida local, surgiam formas de resistência: a fuga ao serviço militar não foi, de todo, uma das menores. O serviço militar era encarado como um acto de violência por parte das autoridades administrativas, entendidas como um poder coercivo vindo do exterior da comunidade, impondo-se sobre as relações locais que reproduziam as relações tradicionais clientelares. «O Estado impunha um serviço cujo sentido não residia nas relações de dominação-submissão do espaço comunitário tradicional, mas sim e pelo contrário, num princípio abstracto de autoridade e de soberania»⁴⁴, que os camponeses não entendiam nem aceitavam.

Em Portugal os mais abastados podiam recorrer livremente ao pagamento da remissão, ao crédito ou a influências suficientes para se livrarem do serviço militar, pedindo a intervenção de um patrono local, que alteraria as listas do recrutamento, ou dentro da lei, procedendo à troca de números de recrutamento, à apresentação de um substituto, à remissão directa ou a emigração sob fiança⁴⁵. Contudo, os mais pobres estavam de todo fora destas hipóteses, e emigravam clandestinamente, logo que chegavam os anos do serviço militar.

Mas a emigração transatlântica era um empreendimento caro. Por isso, ou se ia com um contrato, mesmo que informal, com o patrão no país de acolhimento ou através da ajuda de algum familiar, ou se recorria ao crédito a um juro normalmente elevado. O que nos faz pensar se, realmente, muitos dos emigrantes fariam parte das camadas mais pobres do campesinato. A verdade é que, com os preços praticados nas viagens, jornaleiros e camponeses pobres dificilmente poderiam ter acesso fácil⁴⁶.

Embora este seja um lugar-comum, que não podemos desmontar aqui, as fontes dizem-nos que emigravam principalmente os indivíduos dos grupos sociais mais pobres, aqueles que tinham uma situação no mercado de trabalho mais difícil: assalariados rurais, pequenos camponeses, alguns pequenos proprietários, filhos segundos de famílias camponesas⁴⁷. Mas também emigravam os filhos segundos de lavradores abastados e proprietários que sabiam que viriam a ter no futuro uma problemática reprodução social⁴⁸.

⁴⁴ MARQUES, 1981: 42.

⁴⁵ LEITE, 1987: 467.

⁴⁶ LEITE, 1987: 467-468.

⁴⁷ Para tal seria preciso um trabalho aturado nos *Róis de Confessados*, localizando os que partiam e as suas famílias na estrutura dos grupos sociais locais, dando igualmente ênfase às idades dos emigrantes e a possíveis regressos à comunidade de origem. Contudo, é óbvio que uma investigação dessas está fora do âmbito deste trabalho, mas só ela permitiria averiguar se a emigração era realmente transversal a todos os grupos sociais da ilha.

⁴⁸ Para dados profissionais agregados por distritos e que parecem ir ao encontro desta afirmação veja-se JOÃO, 1991: 191.

Se se partia fundamentalmente por razões económicas – um autor da época escrevia que «a pobreza e a miséria foram as causas principais da nossa emigração agravadas com os vexames das leis e das autoridades»⁴⁹ –, para muitos filhos de pequenos proprietários e lavradores médios ou até abastados, se se abandonava as ilhas era, também, para fugir ao controle social da comunidade local ou para se alcançarem os meios capazes para regressar e ingressar no mercado matrimonial.

No primeiro caso, para se libertarem do peso da família e da parentela, presente em todas as situações, de relações de poder e de autoridade paterna violentas, dos olhares permanentes e indiscretos da vizinhança que rondavam todos os gestos de cada um dos membros da comunidade, de todo um sistema de controlo social local que, ao mesmo tempo que permitia o desvio, reprimia e ostracizava tudo o que ultrapassasse os limites da invisibilidade pública e se pudesse tornar ameaçador à reprodução dos valores e dos patrimónios da comunidade. Aqui, a vontade de partir já não era só uma rejeição do lugar ocupado pelo indivíduo na comunidade, mas representava, igualmente, uma rejeição da própria comunidade e das suas estruturas.

No segundo caso, a emigração relacionava-se, directamente, com as estruturas familiares e as estratégias de casamento e de herança da sociedade local. Ora, nestas últimas assistia-se, normalmente, ao privilegiar de um dos sucessores, que não era necessariamente o mais velho, mas aquele que cuidara dos pais durante a velhice, sendo-lhe, com frequência, atribuída a terça dos bens do casal⁵⁰. Aos filhos segundos não sucessores da *casa*, a sua inserção nas redes de emigração colocava-se como uma das hipóteses mais frequentes, quer para o abandono definitivo da comunidade, quer para o seu regresso e instalação. As suas pequenas heranças podiam servir de capital de partida para o exterior, dado que era o próprio destino matrimonial e as possibilidades de instalação dos não-sucessores que estavam em causa. Só o seu enriquecimento na emigração lhes permitiria alimentar esperanças de entrar no mercado matrimonial da comunidade. É claro que esta não é a expli-

⁴⁹ SOUSA, 1897: 81.

⁵⁰ Ver MATOS, 2007. Esta explicação ressentia-se da escassez de trabalhos sobre os sistemas de herança e sucessão no arquipélago açoriano. Estamos, mais uma vez, a trabalhar com hipóteses baseadas no costume e na leitura que fizemos, muito informalmente, na Biblioteca Pública e Arquivo Distrital de Angra do Heroísmo (BPADAH) de vários *livros de notas dos tabeliães* para as décadas de 1840, 1860 e 1880. Nesta consulta procurávamos elementos sobre as escrituras notariais de terras localizadas no «Arrendamento do Pinto», mas as fracas descobertas chamaram-nos a atenção para os testamentos, dotes e doações existentes. No entanto, este assunto merecia um trabalho mais aprofundado. O material está todo no arquivo de Angra à espera que alguém olhe para ele. Este sistema sucessoral de herdeiro privilegiado, proveniente do direito consuetudinário, tem-se revelado muito mais comum do que à partida supunham as muitas interpretações baseadas em Oliveira Martins e na sua leitura literal das consequências do Código Civil de 1867. Cf. por exemplo, o interessante artigo de MEDEIROS, 1987: 97-116.

cação única para a emigração e reflectia-se, sobretudo, onde existiam estratégias de retorno, contudo ela pode ser muito heurística em certos contextos e em certos grupos sociais e de idade⁵¹.

Ao nível dos actores sociais, a emigração surgia como um fenómeno contínuo de saída através de uma fronteira administrativa marcada, envolvendo uma transição social bem definida, o que implicava uma mudança de estatuto ou uma alteração no relacionamento com o meio envolvente, quer físico, quer social⁵². Primeiro, saiu somente a população masculina mais jovem, depois passou a emigrar, também, um razoável contingente feminino, e por fim abandonavam a ilha famílias inteiras⁵³. Mas vamos por partes.

Desde cedo conjugaram-se dois modelos na emigração⁵⁴, um primeiro que apontava para um retorno à comunidade de origem, e um segundo em que se fazia a instalação definitiva na terra de destino⁵⁵, mantendo, muitas vezes, é certo, laços fortes com a comunidade de proveniência, através de redes de acolhimento e recrutamento de mão-de-obra muito intensas.

No primeiro caso, emigrava-se jovem e antes de qualquer casamento (e isto quer se fosse o sucessor ou não da *casa*), servindo a emigração, articulada com uma ideia de retorno, como uma extensão das possibilidades estratégicas de sobrevivência da casa camponesa. Estamos perante uma emigração temporária com o sonho do retorno bem vivo, deslocando-se para os EUA, sobretudo, uma população jovem e masculina que para lá se dirigia a fim de auferir salários mais elevados. Estes indivíduos sujeitavam-se a longos períodos de trabalho, quase sempre desqualificado e localizado no sector agrícola, restringindo-se os consumos no país de acolhimento para permitir enviar remessas e acumular economias a fim de regressar, casar e reproduzir a exploração e a casa camponesa.

Numa agricultura que conciliava tão abertamente a pequena produção para exportação, a venda sazonal e ocasional de mão-de-obra a outras explorações (por vezes, mesmo, o trabalho era utilizado como pagamento de rendas aos proprietários da terra), com uma fortíssima presença do autoconsumo, as capacidades

⁵¹ MEDEIROS, 1987: 115.

⁵² JACKSON, 1991 (1986): 6.

⁵³ MATOS, 2007.

⁵⁴ Talvez por isso, num trabalho mais ambicioso sobre este fenómeno, interessasse saber as etapas específicas do ciclo de vida em que se emigra ou se regressa (quando se regressa...).

⁵⁵ Embora não existam dados certos para São Jorge, sabemos que no caso da freguesia de São João do Pico as análises demográficas de AMORIM, 1987 feitas com base nos *Róis de Confessados*, demonstraram a existência de uma grande emigração sem retorno para o Brasil e os EUA, o que contraria a caracterização da emigração açoriana como tendo uma componente muito acentuada de retorno. Mas o que existe, sem dúvida, e está pouco estudado, são redes de acolhimento e de recrutamento muito fortes, que mantêm o arquipélago numa interacção permanente com o outro lado do Atlântico.

de poupança e de angariar recursos monetários dos camponeses eram escassas. A compra de terra ou a ampliação da exploração que o grupo doméstico tinha à sua conta, ou até as hipóteses de instalação para um jovem casal, só se tornavam possíveis através do recurso a rendimentos obtidos no exterior, onde a emigração ocupava um lugar central e o assalariamento temporário na grande exploração era marginal. Os recursos que garantiam os rendimentos para a compra de terra não se encontravam nos circuitos económicos do sistema social local. Era preciso sair e passar vários anos no exterior para consegui-los e então voltar e instalar-se definitivamente.

Em 1873, o engenheiro militar e deputado micalense, João Cândido de Moraes, escrevia no primeiro inquérito parlamentar à imigração portuguesa que os emigrantes açorianos partiam em número assinalável para os EUA e sempre sem contrato. Quando voltavam traziam pequenas fortunas e estabeleciam-se nos seus lugares de origem. Edificavam então casas simples e asseadas e algumas vezes tornavam a partir depois de empregado o pecúlio da primeira expedição. Ainda segundo ele: «Uma das feições morais mais essencialmente característica dos povos açorianos é sem dúvida a espécie de idolatria que professam pelo solo, e que faz ambicionar mais que tudo a cada homem o poder tornar-se proprietário»⁵⁶.

Referindo-se a 1860, José Cândido da Silveira Avelar diz-nos que «a repatriação pode firmar-se sem erro, entre 15 e 20% dos emigrados, trazendo em geral meios mais que suficientes para estabelecer família»⁵⁷. Afinal de contas, 80 a 85% ficavam-se já nesta altura pela Califórnia, pela Costa Leste ou pelo Brasil. Temos, pois, duas realidades coexistentes: aqueles que continuam a reproduzir o modelo do retorno e os outros sempre numerosos que partem sem pensar em regresso algum. Uma tendência que parece acentuar-se à medida que caminhamos para o final do século⁵⁸.

Em 1879, n' *O Velense*, escrevia-se que «a emigração açoriana para os Estados Unidos, não tem a feição de que em tão grande escala se faz em certos países da Europa, sobretudo da Alemanha e da Irlanda, com tenções de permanência na pátria adoptiva; o açoriano vai ali por poucos anos, levando já a ideia de regresso

⁵⁶ MORAIS, 1873: 75.

⁵⁷ AVELAR, 1902: 95.

⁵⁸ De novo, só um trabalho aturado com os *Róis de Confessados* existentes ainda em muitas paróquias da ilha, nos permitiria tirar conclusões definitivas sobre o peso real do retorno. Não sabemos se esse retorno afectava somente os emigrantes que tinham terra no lugar de origem e que pretendiam efectuar uma reprodução do modelo camponês ou se ele era transversal aos diferentes grupos sociais que partiam, sendo igualmente visível entre os assalariados rurais. Só reconstruindo as trajetórias de alguns emigrantes é que poderíamos identificar e explorar as diferentes estratégias activadas em relação ao retorno.

para o centro da família, e não poucas vezes para cumprir a promessa contraída com a escolhida do seu coração (...)»⁵⁹.

Mas, em 1897, João Duarte de Sousa era claro ao referir que, se a fuga ao serviço militar foi um factor importante num primeiro tempo para a emigração de muitos jovens das ilhas, mais tarde partia-se mesmo depois de realizadas as obrigações militares, alguns até depois de terem constituído família⁶⁰. José Cândido da Silveira Avelar é mais explícito ainda e diz-nos que primeiro saíram os rapazes, mais tarde as raparigas e depois famílias inteiras⁶¹. De tal maneira que, em 1902, já muitos dos emigrantes açorianos se naturalizavam americanos.

Nesse mesmo ano, escrevia no seu discurso de estreia nas Cortes José de Lacerda⁶², deputado regenerador pela ilha: «A maior parte deles não regressa, adapta-se depressa e bem à nova pátria (...). Dantes voltavam muitos aos Açores, depois de 5 ou 6 anos de labuta brava, cada qual com 3 ou 4 mil dólares de economias ávidas, dispostos a trabalhar e a casar nas suas terras. Hoje (...), o emigrado açoriano não se repatria; vaqueiro, ovelheiro, pequeno agricultor ou pequeno negociante, em várias regiões da Califórnia; operário fabril, baleeiro, pescador ou carregão de Fall River, New Bedford, ou Boston; raramente aventureiro no Arizona ou no México, o ilhéu que está na América não quer saber mais das ilhas. Americaniza-se o melhor que pode, e em vez de visitar os seus pais ou de lhes mandar dinheiro como outrora fazia, arrasta-os agora, para a América também. Expatriam-se famílias inteiras (...), de ânimo feito a não voltar mais à pátria. As mulheres (...) deram também em emigrar aos centos. É o êxodo natural e lógico de futuras mães, determinado pelo êxodo crescente e exagerado dos seus noivos naturais. Assim enquanto as colónias açorianas em alguns estados da União repululam; a população e a vida, a mocidade e a infância, em muitas terras dos Açores, afrouxa»⁶³.

Mas, com isto não queremos dizer que os números do retorno não fossem ainda e não continuassem significativos. Em termos locais, talvez o retorno⁶⁴ seja a face mais visível da emigração, aquela que permite uma melhoria e uma transformação duradoura do sistema social local, além de o facto de estarmos perante

⁵⁹ *O Velense* de 8.12.1879.

⁶⁰ SOUSA, 1897: 81.

⁶¹ AVELAR, 1902: 95.

⁶² Filho de João Caetano de Sousa e Lacerda, e irmão do maestro Francisco de Lacerda. Licenciado em medicina pela Escola Médico-Cirúrgica de Lisboa, embora não haja notícia de haver exercido a profissão por muito tempo, foi casado sucessivamente com as duas irmãs Maria Doroteia e Estefânia Beatriz Pereira da Silveira e Sousa, herdeiras dos drs. Joaquim José e António José P. da S. e Sousa, património que formava a terceira maior casa vincular de São Jorge. Foi deputado, autor de um livro de poesias e de alguns trabalhos médicos.

⁶³ LACERDA, 1902: XXIX.

⁶⁴ Para uma abordagem mais ampla desta problemática veja-se MONTEIRO, 1994.

uma população maioritariamente camponesa, ajude a desenvolver estratégias de reprodução social articuladas com a emigração. Todavia, a partir do momento em que aparece um sector de emigração familiar, estas duas estratégias diferentes na emigração jorgense tornam-se bem claras. Elas manter-se-ão durante as primeiras décadas do século XX quando a uma sólida partida sem retorno, se junta já um sector numericamente inferior que regressa, mas que em termos da ilha tem uma visibilidade e um papel importantíssimo a desempenhar.

No final do século XIX a maior parte dos emigrantes portugueses desembarcava em Nova Iorque, mas poucos escolhiam esta cidade para viver e trabalhar. Na sua maior parte açorianos, logo que saíam do depósito de emigrantes tomavam o comboio para os Estados da Califórnia ou do Massachusetts⁶⁵. Ali se tinham formado com o tempo densas redes de acolhimento que passavam por um recrutamento, através de redes de interconhecimento que iam até ao país de origem, e pela inserção da mão-de-obra assim alcançada num sector informal e invisível, dominado por membros da comunidade estabelecidos há mais tempo no local de chegada e com uma importância já razoável no controlo das actividades económicas. Esta inserção no mercado de trabalho se, por um lado, garantia segurança aos emigrantes recém-chegados, também assentava numa forte exploração da mão-de-obra.

Em 1898 o cônsul português em Boston escrevia que a colónia portuguesa na área podia calcular-se em 30.000 indivíduos, dos quais dois terços tinham residência permanente. O terço restante ficava nos EUA por meia dúzia de anos, regressando depois à pátria com o pecúlio adquirido, sendo substituídos por novos efectivos. Porém, mesmo os que tinham residência permanente mandavam por vezes dinheiro e barris de farinha às suas famílias ou parentes. Os membros da comunidade não eram em geral instruídos, apresentando esta a maior percentagem de analfabetos de entre todas as colónias estrangeiras residentes neste país, cerca de 75%. Nesta zona dos EUA os portugueses empregavam-se, na sua grande maioria, em fábricas de fição e de tecelagem estabelecidas no Estado do Massachusetts, área da União onde esta indústria se achava mais desenvolvida. Uns poucos trabalhavam também na pesca em navios costeiros ou como criados de lavoura. Em menor número tinham-se instalado como caixeiros de comércio e barbeiros por conta própria. Um grupo ainda mais restrito eram negociantes.

Esta comunidade sustentava 18 sociedades de beneficência, duas das quais de senhoras. Três destas sociedades, o Montepio Luso-Americano, de New Bedford, a Sociedade Fraternidade Portuguesa, de Cambridge, e a Sociedade São Miguel Arcanjo de Fall River tinham edifícios próprios, onde celebravam as suas sessões e davam os seus bailes anuais. A sociedade mais antiga e mais rica era, contudo, a

⁶⁵ Relatório do cônsul português em Nova Iorque, ver TAVEIRA, 1898: 375-376.

«Sociedade de Beneficência Portuguesa» de Massachusetts, com sede em Boston, mas que não possuía edifício próprio⁶⁶. No relatório de 1899 o mesmo cônsul português em Boston estimava que a «emigração clandestina» ultrapassasse o quádruplo das entradas legais, mantendo as palavras já escritas em 1897 e 1898 a propósito das áreas de emprego e posição social da comunidade portuguesa⁶⁷.

O desdobramento das comunidades insulares através da emigração formou redes que mantiveram em contacto a parte residente e a parte não residente destas comunidades. Mesmo que não existissem projectos de retorno, o que se vai tornando óbvio para um número significativo dos que partem, as redes de acolhimento e de recrutamento dos novos emigrantes vão sendo permanentemente activadas pelos indivíduos e famílias que já se encontram instalados e, à medida que a comunidade aumenta, sendo sempre alimentada por novos membros, o contacto com a comunidade de origem não se perde. Na verdade, «o acesso às redes de emigração, constituídas de longa data ou mais recentes, hierarquizadas e moduladas pelas redes de solidariedade e aliança no interior de vastas parentelas e clientelas, determinava as probabilidades de sucesso do projecto de emigração de cada um e por efeitos retroactivos, de cada grupo doméstico originário»⁶⁸.

Como escreveu Hermínio Martins num artigo já clássico sobre a organização do Portugal Contemporâneo «tanto a emigração elevada e contínua como a possibilidade permanente de emigração, implicando uma socialização antecipada para uma solução de emigração aos problemas vivenciais, deram origem a um tipo de consciência que não é utópica do ponto de vista político nem de ideologia religiosa (por oposição a mundano), mas heterotópica, orientada para algures, uma estrutura de oportunidades substituta. Na topologia singular do espaço emigratório, Caracas ou Paris podem estar mais perto da aldeia – a sua estrutura de oportunidades mais visível e atraente – do que Lisboa ou o Porto»⁶⁹.

Durante muitas décadas o resultado da difícil luta pela sobrevivência do camponato insular, incluindo as suas estratégias migratórias e de herança, assim como a sobre-exploração da mão-de-obra doméstica, mais não permitiram que um nível de vida modesto e a necessidade de refazer, constantemente, o património familiar. Foi esta necessidade de reconstituir em cada geração a base patrimonial da reprodução familiar que explica o facto de uma fracção cada vez maior da população rural ter tido, a partir de certa altura (segunda metade do século XIX), que procurar nos caminhos da emigração uma saída para a sua sobrevivência e reprodução⁷⁰.

⁶⁶ COSTA, 1898: 287-288.

⁶⁷ COSTA, 1899: 475.

⁶⁸ MEDEIROS, 1987: 103.

⁶⁹ MARTINS, 1998: 127.

⁷⁰ HESPANHA, 1990: 124-126.

Uma geração emigrava e constituía ou ampliava a sua *casa*, mas, na geração seguinte, os seus filhos eram obrigados a recorrer ao mesmo esquema para se reproduzirem, ganhando a emigração e o contacto com a experiência emigratória uma enorme centralidade na reprodução dos sistemas sociais e da casa camponesa, em particular. Ao mesmo tempo, entre estes que partiam, uma parte significativa não voltava, mantendo, contudo, relações com a família, a parentela e outros membros da comunidade de origem, tecendo e aprofundando desta forma, os laços que uniam as duas comunidades.

5. A RECOMPOSIÇÃO DO VELHO MUNDO CAMPONÊS

Os emigrantes regressados provocaram um razoável desenvolvimento comercial em São Jorge, investindo em bens fundiários e trazendo novos hábitos de consumo⁷¹. Eles retornavam após uma meia dúzia de anos de ausência, com capitais suficientes para se estabelecerem no local de origem como pequenos e médios proprietários, o que lhes garantia uma mobilidade ascendente na hierarquia de *status* da comunidade a que pertenciam. Freguesias como Rosais e, mesmo, lugares mais pequenos e pobres como as Fajãs dos Vimes, dos Bodes, Caldeira ou Sanguinhal, por exemplo, encheram-se de novas casas, caiadas e telhadas. Casas gradas que à partida seriam difíceis de imaginar em fajãs onde os recursos eram escassos e a população abundante.

Curiosamente, na ilha de São Jorge encontramos poucas grandes fortunas geradas na emigração. Os pecúlios dos «calafonas», que voltavam para junto das suas famílias, eram mais reduzidos que os alcançados por alguns antigos negociantes brasileiros retornados à cidade de Angra. Camponeses, com cintos cheios de águias de ouro e mãos calejadas pelo trabalho agrícola, eles não traziam o verniz que os ex-negociantes brasileiros gostavam de exibir. Os efeitos do seu regresso fizeram-se sentir, sobretudo, ao nível da modernização e do conforto das pequenas e médias explorações camponesas.

A única excepção vem de Gaspar Silva, que comprou prédios por todo o concelho da Calheta e aqui se instalou em 1897 como proprietário. Regressado do Havai com a sua família e uma fortuna que alguns avaliavam em bem mais de 100 contos construiu uma vasta casa em estilo colonial na Ribeira Seca, cuja enorme chaminé cónica podia ser vista quilómetros em redor, e instalou-se como um perfeito rentista. Num concelho tão periférico e onde as antigas elites já tinham decaído ou abandonado este território, Gaspar Silva apareceu como um substituto, como o

⁷¹ SOUSA, 1897: 101-102.

grande benemérito do concelho, cuja bolsa se abria a quase todos os pedidos de melhoramentos⁷².

Em 1887 a situação de prosperidade relativa induzida por estes emigrantes regressados era notória: «O pequeno proprietário, saído do emigrante que lutou tenazmente pelo ouro nos Estados Unidos da América, é o que mais abunda nas freguesias rurais onde retomou o lar e a lavoura. Talvez num só ponto do país – o Minho – se encontre uma população tão densa, dispondo ao mesmo tempo do pequeno capital, do capital que bem movimentado produz realmente mais riquezas»⁷³.

Contudo, havia outras interpretações. Em 1879 um jornal local referia que com o dinheiro trazido pelos emigrantes «não se tem beneficiado os nossos campos, não se empreendeu indústria alguma, apenas se vê como melhoria o aumento nas casas de habitação dos expatriados ou de suas famílias»⁷⁴. Esta parece uma apreciação relativamente injusta e irreflectida, sendo pouco partilhada pela maioria dos comentadores. Ela esquece que a maioria dos emigrantes regressados dispunham de fortunas importantes na pequena comunidade onde se instalavam, recuperavam a casa de seus pais ou construíam uma nova e compravam terras, mas pequenas demais para grandes investimentos ou para apostar em inovações com um difícil retorno do capital investido, deslocado para o médio ou para o longo prazo. A ausência de instituições de crédito modernas impossibilitava também a formação de uma carteira de pequenos aforros capaz de pôr a circular o dinheiro existente. Na realidade, o crédito local restringia-se aos pequenos agiotas (às vezes ex-emigrantes) e a instituições como a Misericórdia e as Confrarias religiosas. Por outro lado, não podemos esquecer como a casa era um dos espaços privilegiados de investimento material e simbólico por parte dos emigrantes. Ela demonstrava perante a comunidade e o exterior o novo lugar do proprietário e da sua família na estrutura dos grupos sociais, atestando a riqueza adquirida e o novo estatuto.

João Duarte de Sousa, em 1898, dá-nos uma imagem oposta, a do repatriado activo e dinâmico, a nosso ver também um tanto exagerada. Ele «empregava o seu capital em terrenos lavrados que agricultava com aproveitamento, segundo a experiência adquirida lá fora (...); dava dinheiro a juro de 5%, enquanto esperava ensejo de boas compras; preleccionava na aldeia sobre os sistemas de serviços agrícolas adoptados com reconhecida vantagem; condenava implacavelmente a rotina estúpida dos lavradores e fustigava com gorgolões de americano trágico os prejuízos supersticiosos em que um dia também acreditou, causa evidente de ruína

⁷² AVELAR, 1902: 97; CUNHA, 1981: vols. I e II, pp. 231, 825, 829; SILVA, 2001.

⁷³ SOUSA, 1887.

⁷⁴ *O Velense* de 8.12.1879.

para a economia agrícola e incitava os vizinhos a tudo quanto podia concorrer para o bem particular de cada um e geral da freguesia»⁷⁵.

Ao nível das pequenas comunidades estes indivíduos traziam uma verdadeira abertura a novos espaços e a novas ideias, sendo, com frequência, os introdutores de técnicas agrícolas ou de novos instrumentos, como a charrua de ferro, ou os *engenhos* de debulhar o milho, que começaram a chegar em grande força nos finais do século XIX, princípios do século XX⁷⁶. Mas não convém exagerar muito este importante contributo que, se teve um valor inestimável em São Jorge, nunca lhe retirou o carácter estruturalmente camponês. Pelo contrário, acentuou-o. De qualquer maneira, estes americanizados eram «nas classes populares o oráculo da respectiva família (...). E é natural. O homem viajou ... viu... fala da Califórnia onde viveu cinco ou seis anos, e de Boston ou de New York, onde desembarcou na ida para a América, e por onde passou na volta para os Açores (...). Mas a verdade, a verdade demonstrativa é que ele foi descalço, mal vestido, sem um vintém, sem uma ideia, e voltou copiosamente enfarpelado, com as suas cem ou duzentas águias no cinto (...)»⁷⁷. Alguns objectos como o guarda-chuva, o enorme relógio de ouro, os candeeiros a petróleo, ou as camisas de flanela e roupas de *angrim* (ganga), eram outras marcas dos emigrantes desejadas pelos membros da comunidade como símbolos de uma riqueza adquirida no exterior. A chegada do ouro americano e o desenvolvimento e reforço das relações de mercado deram origem a uma alteração dos padrões de consumo, incentivando o abandono das indústrias domésticas de vestuário e de tecidos. Começavam a desenvolver-se maiores necessidades monetárias nas famílias que viram aumentar o peso dos recursos monetários na sua reprodução social, sem que, todavia, o grosso da cobertura das necessidades alimentares deixasse de ser feito através do recurso, mesmo que parcial, ao trabalho agrícola e a uma ética da auto-subsistência.

A grande reviravolta causada pela emigração em São Jorge foi, sem dúvida, a transformação duma parte significativa da sua população em pequenos proprietários autónomos. Com os recursos alcançados, elevou-se o valor venal da propriedade, pagaram-se hipotecas, remiram-se foros; compraram-se prédios nos arrendamentos dos senhorios de fora da ilha, isentaram-se recrutas de cumprir o serviço militar, elevou-se o salário do jornaleiro⁷⁸. E na ilha assistiu-se a uma redistribuição e a um maior acesso das suas gentes à propriedade. Pode mesmo dizer-se que a emigração acentuou o carácter camponês da ilha, tornou o pequeno produtor autónomo e o

⁷⁵ SOUSA, 1898-1899: 67-68.

⁷⁶ MACIEL, 2001: 83.

⁷⁷ LACERDA, 1902: 114.

⁷⁸ AVELAR, 1902: 96.

pequeno proprietário os grupos sociais com maior visibilidade, fazendo-os o ponto de chegada desejável nas estratégias de mobilidade social dos meios populares. Ela não provocou mudanças de monta no tecido produtivo, não alterou o esquema de distribuição das culturas agrícolas, não introduziu novas plantas ou novas indústrias, mas fez com que o comércio aumentasse e ganhasse alguma dinâmica, aumentou e melhorou a habitação rural, modificando a paisagem e o *habitat*, deu às populações um nível de vida superior ao que tinham anteriormente, abriu parcialmente as portas a um novo mundo de consumos e permitiu a sobrevivência até bem tarde da pequena e da média exploração camponesa.

Em 1902, havia quem pensasse diferente, como o grande proprietário José Caetano de Sousa e Lacerda, casado com uma das maiores fortunas da ilha. José de Lacerda acusava a emigração de destruir as indústrias locais e de despovoar perigosamente as ilhas⁷⁹. Manifestava, neste caso, a voz das elites locais, sobretudo preocupadas com a escassez e a carestia dos assalariados agrícolas. As críticas à emigração vêm todas deste sector da população e demonstram preocupações já antigas. Em 1872 e 1873 a imprensa local clamava contra a falta de braços para os trabalhos agrícolas, referindo que o preço do jornal estava demasiado elevado, acrescentando-se ao pagamento monetário «(...) comida com adminículo de vinho e tabaco a título de brindes, que os jornaleiros tomam já como obrigação dos proprietários!»⁸⁰. Esta escassez relativa de trabalhadores foi mitigada com a emigração de muitos indivíduos e famílias de São Miguel. Em 1873 *O Jorgense* referia mesmo a chegada de 200 operários desta ilha no próximo paquete vindos para trabalhar nas Obras Públicas, assim como a presença de criados originários de São Miguel nas casas mais abastadas⁸¹.

Estas queixas, que partiam dos proprietários que tinham a sua situação garantida e que dominavam a ilha, surgiam recorrentemente, com especial vigor em alturas como as sachas do milho ou como a ceifa dos trigos, e continuarão ao longo de todas estas décadas. Em 1891, encontramos de novo queixas num outro órgão da imprensa local acerca da «escassez de trabalho braçal que nos tem criado a excessiva emigração»⁸². Contudo, embora o jornal pudesse ser elevado, os assalariados rurais não conseguiam em três ou quatro meses de trabalho obter fundos que lhes garantissem a subsistência durante todo o ano, em especial no Inverno⁸³. E tentavam emigrar sempre que podiam. Como nos diz José Cândido da Silveira Avelar, mau grado todas as queixas dos proprietários, não ficou um bocado de terra que fosse

⁷⁹ LACERDA, 1902: XXIX.

⁸⁰ *O Jorgense* de 15.6.1872 e de 1.8.1873.

⁸¹ *O Jorgense* n.º 42 de 11.10.1873.

⁸² *A Justiça* n.º 1 de 26.11.1891.

⁸³ SOUSA, 1897: 77-78.

por cultivar, o valor da propriedade aumentou, as rendas subiram, assim como os valores transaccionados no mercado fundiário local⁸⁴.

As enormes consequências da emigração fizeram com que não seja possível encontrar um único fragmento da vida quotidiana da ilha que não tivesse sido influenciado por ela, isto quer ao nível da vida dos indivíduos, das suas rotinas, dos seus consumos, quer ao nível das técnicas agrícolas e do aproveitamento dos campos. No que diz respeito à estrutura dos grupos sociais locais e à acentuação da vertente camponesa recordemos o que escreveu um grande proprietário jorgense já na década de 1920: «a afluência de dinheiro estrangeiro, principalmente do dólar-ouro, contemplando a um tempo o emigrante que regressa à pátria e o próprio indígena serventuário que lá fora tem parentes, fez com que crescesse o êxodo de população e quase desaparecesse o jornaleiro assalariado para ficar unicamente o pequeno proprietário ou o rendeiro, ou só esta entidade acumulando as duas funções»⁸⁵.

Embora, como referimos atrás, seja difícil fazer uma apreciação correcta e falte um trabalho quantitativo que aborde o peso relativo da emigração e do retorno em cada uma das ilhas dos Açores, podemos supor, baseando-nos nos dados demográficos, que os efeitos da emigração foram muito mais profundos e estruturantes nas ilhas mais pequenas. Aqui reduziram as desigualdades, elevaram o nível de vida e redistribuíram a riqueza e a terra, deram origem a uma maior «camponização» destes espaços, face a ilhas como São Miguel, onde permaneceram até mais tarde grandes desequilíbrios sociais e maiores dificuldades no acesso à propriedade.

Em São Jorge, os retornados da viagem americana tornaram-se, de forma crescente, os intermediários das pequenas comunidades com o exterior, tendo um papel essencial quer na construção das imagens simbólicas e das trajectórias e projectos de vida desejáveis dos seus membros, quer nas relações com o sistema político local, fazendo perder terreno aos lavradores ricos e proprietários das freguesias que constituíam anteriormente, e com grande exclusividade, os pequenos notáveis. A emigração alterou assim as relações de poder ao nível das pequenas comunidades, sem que tivesse provocado uma grande recomposição das elites locais que, nas fracções superiores, foram pouco afectadas directamente, para além do problema da diminuição da mão-de-obra e do aumento dos salários agrícolas. As mudanças ao nível das instituições de poder dos concelhos ou da ilha foram mais lentas e as chefias permaneceram na posse das elites locais tradicionais ou de extracção burguesa, das classes médias ou de funcionários vindos de fora da ilha.

Durante a segunda metade do século XIX e nas primeiras décadas do século XX a emigração introduziu alterações de monta nas pequenas comunidades e na

⁸⁴ AVELAR, 1902: 97.

⁸⁵ SILVEIRA, 1927: 23.

ilha como um todo, permitindo, igualmente, manter activas muitas explorações e um modo de vida camponês. Mudança e permanência cruzam-se novamente. Dentro do sistema social local a emigração teve, pois, enormes efeitos estruturantes. Ela sustentou a comunidade, introduzindo-lhe elementos de mudança, sem que ocasionasse alguma viragem de fundo no sistema produtivo local. Pela primeira vez na história das pequenas ilhas, o peso do campesinato, do pequeno produtor autónomo e do pequeno ou médio proprietário era esmagador, sem que a base estrutural rural se tivesse alterado. Mas para que tal pudesse acontecer, teria sido necessário muito mais que a emigração.

BIBLIOGRAFIA

- ALMEIDA, Gabriel de (1889) – *As Ilhas dos Açores*. Lisboa: Viúva Bertrand e C^a.
- AMORIM, Norberta (1986) – *Estratégias de Sobrevivência numa paróquia rural açoriana, perspectiva demográfica (1711-1980)*. BIHIT, vol. XLIV. Angra do Heroísmo: Instituto Histórico da Ilha Terceira.
- AMORIM, Norberta (1987) – *Mortalidade e emigração irreversível das gerações nascidas numa paróquia açoriana entre 1845 e 1884*. BIHIT, vol. XLV. Angra do Heroísmo: Instituto Histórico da Ilha Terceira, p. 887-914.
- AVELAR, José Cândido da Silveira (1902) – *Ilha de São Jorge. Apontamentos para a sua Historia*. Horta: Tipografia Minerva Insulana.
- BAGANHA, Maria Ioannis (1990) – *Portuguese emigration to the United States, 1820-1930*. Nova Iorque e Londres: Garland Publishing Inc.
- BAGANHA, Maria Ioannis (1991) – *Social Mobility in the Receiving Society: Portuguese Immigrants in the United States*. «International Migration Review», vol. XXV, n.º 2. Nova Iorque, p. 277-302.
- BAGANHA, Maria Ioannis (1995) – *Unbroken Links: Portuguese Emigration to the USA*. In Robert Cohen, org. – *World Survey of Migration*. Cambridge: Cambridge University Press, p. 91-96.
- CHAPIN, Frances White (1981) – *The tides of emigration: a study of migration decision making and social process in São Miguel, Açores*. Michigan: University Microfilms International.
- COSTA, Visconde de Vale da (1898) – *Boston – Relatório Consular*. «Boletim Comercial», vol. I, n.º 4-5 de Julho de 1898. Lisboa: Imprensa Nacional, p. 287-290.
- COSTA, visconde de Vale da (1899) – *Boston – Comércio, Indústria e Navegação em 1897*. «Boletim Comercial», vol. II, n.º 4 de Abril de 1899. Lisboa: Imprensa Nacional, p. 472-475.
- CUNHA, Padre Manuel Azevedo da (1981) – *Notas Históricas*. Ponta Delgada: Universidade dos Açores. 2 vols.
- DIAS, Eduardo Mayone, org. e introd. (1982) – *Açorianos na Califórnia*. Angra do Heroísmo: DRAC-DSE. AÇORES. Departamento Regional de Estudos e Planeamento (1985) – *São Jorge: Caracterização*. Angra do Heroísmo: DREPA
- GIL, A., RIBEIRO, Augusto (1874) – *Almanaque Insulano para Açores e Madeira, estatístico, histórico, literário para o ano de 1875*. 2.º ano. Angra do Heroísmo: Tipografia da Terceira.
- HESAPANHA, Pedro (1990) – *A Propriedade Multifforme. Um estudo sociológico sobre a evolução recente dos sistemas fundiários em Portugal*. Coimbra: Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra. Tese de Doutoramento.

- JACKSON, John A. 1991 (1986) – *Migrações*. Lisboa: Escher.
- JOÃO, Maria Isabel (1991) – *Os Açores no Século XIX. Economia, sociedade e movimentos autonomistas*. Lisboa: Edições Cosmos.
- LACERDA, João Caetano de Sousa e (1988) – *Cartas a Francisco de Lacerda*. Introdução Fixação do Texto e Notas por Teresa e J.M. Bettencourt da Câmara. Angra do Heroísmo: DRAC.
- LACERDA, José Caetano Pereira de (1902) – *Algumas palavras sobre interesses açorianos*. Lisboa: Rodrigues e C^a Imp. Libânio da Silva.
- LEITE, Joaquim Costa (1987) – *Emigração portuguesa: a lei e os números (1855-1914)*. «Análise Social» vol. XXIII, n.º 97. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, p. 463-480.
- PEREIRA, Miriam Halpern (1981) – *A Política portuguesa de emigração 1850-1930*. Lisboa: A Regra do Jogo.
- MADEIRA, Artur Boavida (2004), *A emigração a partir da ilha Terceira nos finais do século XIX*. In Núcleo Cultural da Horta, org. – *O Faial e a Periferia Açoriana nos Séculos XV a XX. Actas do II Colóquio*. Horta: Núcleo Cultural da Horta, p. 295-322.
- MARQUES, Fernando Pereira (1981) – *Exército e sociedade em Portugal no declínio do Antigo Regime e advento do Liberalismo*. Lisboa: Regra do Jogo.
- MARTINS, Hermínio (1998), *Classe, Status e Poder*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- MARTINS, Jesuíno E. (1873) – *Informação do vice-cônsul em Boston*. In *Primeiro Inquérito Parlamentar sobre a Emigração Portuguesa pela Comissão da Câmara dos Senhores Deputados*. Lisboa: Imprensa Nacional, p. 158-163.
- MATOS, Paulo Lopes de (2007) – *O Nascimento fora do matrimónio na freguesia da Ribeira Seca da Ilha de S. Jorge (Açores) 1800-1910*. Guimarães: Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho – Núcleo de Estudos de População e Sociedade.
- MATOS, Paulo Lopes de, SOUSA, Paulo Silveira e (2008) – *População e movimentos migratórios. A atracção pelo Brasil (1766-1836)*. In MATOS, Artur Teodoro de, MENESES, Avelino de Freitas de, LEITE, José Guilherme Reis, coords. – *História dos Açores*. Angra do Heroísmo: Instituto Açoriano de Cultura, vol. I, p. 535-577.
- MEDEIROS, Fernando (1987) – *Grupos domésticos e habitat rural no norte de Portugal (1908-1934)*. «Análise Social», vol. XXIII, n.º 95. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, p. 97-116.
- MEDEIROS, Fernando (1988) – *Um sistema social de espaços múltiplos. A autonomia do local na sociedade portuguesa*. «Revista Crítica de Ciências Sociais» n.º 25/26. Coimbra, p. 143-162.
- MIRANDA, Sacuntala de (1989) – *O Ciclo da Laranja e os “Gentlemen Farmers” da Ilha de São Miguel*. Ponta Delgada: Instituto Cultural de Ponta Delgada.
- MIRANDA, Sacuntala (1999) – *A Emigração portuguesa e o atlântico, 1870-1930*. Lisboa: Salamandra.
- MONTEIRO, Paulo Filipe (1994) – *Emigração: O eterno mito do retorno*. Lisboa: Edições Celta.
- MORAIS, João Cândido de (1873) – *Apêndice A: Informação do Sr. Deputado Cândido de Moraes sobre as Ilhas dos Açores*. In *Primeiro Inquérito Parlamentar sobre a Emigração Portuguesa pela Comissão da Câmara dos Senhores Deputados*. Lisboa: Imprensa Nacional, p. 73-85.
- PEREIRA, Júlio Máximo (1893) – *Recordações dos Açores*. «Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa», 12.ª série, Lisboa: Imprensa Nacional.
- PIMENTEL, Augusto Eugénio Pereira Forjaz de Sampaio (1895) – *Relatório da minha gerência como administrador do concelho da Figueira da Foz desde 14 de Setembro de 1894 a 12 de Setembro de 1895, apresentado a sua excia o senhor governador civil do distrito de Coimbra António das Neves Oliveira e Sousa*. Figueira da Foz: Imprensa Lusitana.

- RAMOS, José Acúrcio Garcia (1869) – *Notícia do arquipélago dos Açores e do que de mais importante existe na sua História Natural*. Angra do Heroísmo: Tip. Terceirense.
- ROCHA, Gilberta Pavão Nunes (1990) – *Os Açores na viragem do século (1860-1930), características da sua evolução demográfica*. In *Actas do Colóquio Internacional de História da Madeira*, Lisboa: Edição da Comissão Nacional para a Comemoração dos Descobrimentos Portugueses, p. 849-863.
- ROCHA, Gilberta Pavão Nunes (1991) – *Dinâmica populacional dos Açores no século XX. Unidade, permanência, diversidades*. Ponta Delgada: Universidade dos Açores.
- ROCHA, Gilberta Pavão Nunes (1995) – *A emigração na Ilha do Faial nos finais do Séc. XIX*. In Núcleo Cultural da Horta, org. – *O Faial e a Periferia Açoriana nos Séculos XV a XIX. Actas do I Colóquio*. Horta: Núcleo Cultural da Horta, p. 407-422.
- RODRIGUES, Vítor Luís Gaspar (1987) – *A Geografia eleitoral dos Açores de 1852 a 1884*. Ponta Delgada: Universidade dos Açores.
- SANTA RITA, António José Vieira (1867) – *Relatório apresentado pelo governador civil do districto administrativo da Horta à Junta Geral do mesmo Distrito na sessão ordinária de 1867*. Horta: Tip. Hortense.
- SILVA, Fernando Gaspar da (2001) – *Os Gaspar Silva: memórias de raízes e percursos familiares*. Angra: Instituto Açoriano de Cultura.
- SILVEIRA, Henrique de Sampaio e Castro P. da Cunha da (1927) – *Subsídios para o estudo das pastagens açorianas, Ilha de São Jorge*, Lisboa: Instituto Superior de Agronomia, (relatório de final de curso policopiado).
- SOUSA, José Duarte de (1898-1899) – *Reminiscências velenses. (Na vila das Velas no séc. XIX)*. Ponta Delgada: C.M. das Velas e edições Signo.
- SOUSA, José Pereira da Cunha da Silveira (1887) – *Os lactícínios na região açoreana ocidental*. Lisboa: Typ. Mattos Moreira.
- SOUSA, Paulo Silveira (2000) – *As actividades industriais no distrito de Angra do Heroísmo, 1852-1910: Um mundo de possibilidades escassas*. «Arquipélago – História», vol. IV, 1. Ponta Delgada, Universidade dos Açores, p. 113-172.
- SOUSA, Paulo Silveira e (2002) – *Gerir o dinheiro e a distinção: as caixas económicas de Angra do Heroísmo e os seus corpos dirigentes (1845-1915)*. «Arquipélago – História», vol. VI, 1. Ponta Delgada, Universidade dos Açores, p. 293-346.
- SOUSA, Paulo Silveira e (2004) – *Para uma História da vinha e do vinho nos Açores (1750-1950)*. «Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira», vol. LXII. Angra do Heroísmo: Instituto Histórico da Ilha Terceira, p. 57-159.
- SOUSA, Paulo Silveira e (2005) – *Campesinato e pequena actividade artesanal: a produção de lã e de linho nas ilhas do distrito de Angra do Heroísmo (1850-1930)*. «Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira», vol. LXIII. Angra do Heroísmo: Instituto Histórico da Ilha Terceira, p. 45-70.
- SOUSA, Paulo Silveira e (2007-2008) – *A gestão social da propriedade na ilha de São Jorge durante a segunda metade do século XIX*. «Arquipélago – História», II série, vols. XI-XII. Ponta Delgada, Universidade dos Açores, p. 73-122.
- SOUSA, Paulo Silveira e (2008) – *Produção e consumo de cereais na ilha de São Jorge durante a segunda metade do século XIX*. «Atlântida», vol. LIII. Angra do Heroísmo, Instituto Açoriano de Cultura, p. 175-192.
- TAVEIRA, Luís Pinto de Azevedo Taveira (1898) – *New York – emigração*. «Boletim Comercial», vol. I, nº 4-5 de Julho de 1898. Lisboa: Imprensa Nacional, p. 375-376.
- VALADARES, Gualdino Alfredo Lobo de Gouveia (1875) – *Relatório apresentado à junta geral do distrito de Angra do Heroísmo na sua sessão ordinária de 1875, pelo secretário-geral servindo de governador civil Gualdino Alfredo Lobo de Gouveia Valadares*. Angra do Heroísmo: Tip. do Governo Civil, 1875.

